

Pedro Velho: médico, abolicionista, jornalista e político

Por Dr. Lauro Arruda – Cardiologista

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba (RN), dia 27 de novembro de 1856, filho primogênito de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e de Feliciano Maria da Silva Pedrosa. Seu avô materno, o comerciante e senhor de engenho Fabrício Gomes Pedroza, foi o fundador da cidade de Macaíba e era uma das maiores fortunas do Rio Grande do Norte. Alguns de seus irmãos exerceram cargos de importância: **Alberto Maranhão** foi governador do Rio Grande do Norte de 1900 a 1904 e de 1908 a 1914 e deputado federal nas legislaturas de 1904 a 1908 e 1915 a 1929; **Augusto Severo**, além de inventor e pioneiro da navegação aérea, foi deputado federal de 1893 a 1902 e **Fabrício Maranhão** foi presidente da intendência de Canguaretama (RN) de 1893 a 1913 e deputado estadual de 1894 a 1912. Os outros irmãos eram **Amaro Barreto Filho** e Inês **Augusta**.

Pedro estudou inicialmente em Guarapes e Natal. Depois, começou o curso secundário em Recife, no Ginásio Pernambucano, e concluiu-o em Salvador, no Colégio Abílio. Coursou a Faculdade de Medicina da Bahia até o 4º ano, interrompendo os estudos para viajar à Europa para tratamento de saúde. Ao retornar ao Brasil, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde foi aluno destacado, formando-se em 1881, após defesa de tese “Condições patogênicas das palpitações do coração e dos meios de combatê-las”. Nesse mesmo ano casou-se com Petrolina Florinda Pedroza, filha do segundo casamento de seu avô Fabrício Gomes Pedroza, irmã de seu pai. Petronila, com quem teve 13 filhos, era, portanto, sua tia e prima, e seu avô Fabrício tornou-se também seu sogro. Seu genro, Augusto Tavares de Lira, foi governador do Rio Grande do Norte de 1904 a 1906; ministro da Justiça de 1906 a 1909; senador de 1910 a 1914; ministro da Viação e Obras Públicas de 1914 a 1918 e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) de 1918 a 1941.

Retornando ao Rio Grande do Norte, passou alguns meses em São José de Mipibu, para finalmente fixar-se em Natal. Fundou o Ginásio Riograndense e passou também a exercer a medicina. Em 1885, foi aprovado em concurso para a cadeira de História Geral e do Brasil no Atheneu-Norteriograndense e nesse mesmo ano foi nomeado inspetor da Saúde Pública.

Pedro Velho tinha tipo físico alto, forte, farta cabeleira, elegante, sempre bem vestido, de inteligência privilegiada e era considerado muito simpático. Empolgado pelas idéias libertárias, defendia a república e a libertação dos escravos. Sua entrada na política se deu nos primeiros dias de 1888, quando ajudou a fundar a Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense, engajada na causa abolicionista. Em 27 de janeiro de 1889, foi um dos fundadores do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, sendo aclamado seu primeiro presidente. Em 1º de julho de 1889, fundou o jornal *A República*, que se tornaria órgão oficial do Governo do Estado. No mesmo ano foi eleito deputado geral, naquelas que seriam as últimas eleições do Império, pela legenda do Partido Republicano.

Em 17 de novembro de 1889, dois dias após a proclamação da República (15/11/1889), Pedro Velho recebeu a administração do Rio Grande do Norte das mãos do último presidente da província, Antônio Basílio Ribeiro Dantas. Em 6 de dezembro seguinte, passou o governo ao paulista Adolfo da Silva Gordo, enviado do Rio de Janeiro, que foi nomeado governador do Rio Grande do Norte pelo governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Em 19 de setembro de 1890, quatro dias após ter sido eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte, Pedro Velho voltou ao governo do estado, novamente por um curto período: em 8 de novembro transmitiu o cargo a João Gomes Ribeiro, e no dia 15 tomou posse na Constituinte. Pedro Velho montou o sistema político que sobreviveria a seu governo e

agregou ao partido elementos com capacidades provadas : Elói de Sousa, Junqueira Aires, Pereira Reis e Almino Afonso podem ser citados como exemplos da capacidade extraordinária de julgamento de Pedro Velho, que muito contribuiu para consolidar seu sistema também externamente nas questões nacionais e possibilitou a conquista de verbas federais e de um prestígio muito desproporcionais ao tamanho do estado. Seriam exemplos desse prestígio a conquista de ministérios importantes, como o da Justiça e Negócios Interiores para Augusto Tavares de Lira, a instalação em Natal da Comissão de Perfuração de Poços, ou o convite que recebeu para disputar a vice-presidência ao lado de Afonso Pena.

Apesar de médico, coube-lhe reorganizar juridicamente o Estado, dotando-o de uma estrutura administrativa compatível com os novos tempos. Após o fim do governo imperial, criou o Tribunal de Justiça do RN (Lei Nº 12 de 09/06/1892). A partir do seu governo, Pedro Velho, com astúcia e habilidade política, implantou no Rio Grande do Norte a chamada oligarquia “Albuquerque Maranhão”, que ficou no poder por mais de 20 anos.

Pedro Velho organizou o estado à sua feição, favoreceu seus correligionários e familiares, e transformou Natal, de uma vila acanhada e tortuosa, numa cidade de ruas retas e largas, dotada das comodidades de seu tempo. Continuou a governar o Rio Grande do Norte por meio de seus sucessores, sendo eleito e elegendo todos que quis. Após deixar o governo, em 25 de março de 1896 – quando tomou posse Joaquim Ferreira Chaves –, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, vaga com o falecimento de Junqueira Aires. Em 1897, mudou-se para o Senado Federal e foi reeleito em 1906. No Senado, foi membro da Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia.

Pedro Velho foi homenageado com nome de ruas em várias cidades, na praça cívica de Natal e é nome de cidade na região agreste do RN. Faleceu ainda jovem, a bordo do navio Brasil, em Recife, em 9 de dezembro de 1907, doze dias após completar 51 anos de idade.